



Figueiredo Basto, causídico versátil

O submundo dos justiceiros

JUSTIÇA A espantosa história do julgamento abortado no STF do auxílio-moradia. E a acusação de que, com grana, um advogado salvou a pele de doleiros em Curitiba até 2013

POR ANDRÉ BARROCAL

Eliana Calmon, juíza aposentada, é uma baiana arretada ao falar da Justiça brasileira. A quem lhe pergunta, costuma dizer que é corrupta e muito corporativa, o reino do jeitinho e do filhotismo, ali as coisas só andam se você conhece alguém, se tem relação com

donos de dinheiro ou de mandato. Merecia uma limpeza, mas, como juízes são sujeitos que não perdoam, todo mundo tem medo de acusá-los mesmo nestes tempos de delações a três por quatro, inclusive os advogados aconselham os clientes a calar o bico. O terreno descrito por Eliana é fechado, recebe pouco sol. Mas, às

vezes, é possível enxergar pela fresta os subterrâneos do sistema de Justiça, incluídos aí não só os magistrados, mas também o Ministério Público. Um retrato nada glorioso.

Esta reportagem trata de duas histórias sobre o submundo do sistema de Justiça. Uma é sobre uma nebulosa negociação, em curso desde abril, entre governo e juízes a respeito da mordomia togada do auxílio-moradia. A outra, sobre uma acusação feita em fevereiro por doleiros presos de que houve pagamento, até 2013, para dois advogados em troca de proteção contra as autoridades. Um desses advogados é estrela na Operação Lava Jato, Antonio Figueiredo Basto, cheio de clientes delatores.

Começamos pelo auxílio-moradia. No início do ano, Cármen Lúcia, a presidente do Supremo Tribunal Federal que é fã de Michel Temer, resolveu botar em julgamento várias ações que tratam do assunto. Pautou-as para 22 de março. A regalia de 4,3 mil reais mensais foi universalizada para todos os magistrados e membros do MP em setembro de 2014, com uma

MARCELO ANDRADE/GAZETA DO POVO
FELIPE SAMPAIO/STF E EVARISTO SA/AF



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

2018. As eleições e os rumos da esquerda seguem atrelados ao futuro de Lula

liminar do juiz do STF Luiz Fux, o relator dos processos. Uma canetada dada com entusiasmo, já que Fux, hoje à frente do Tribunal Superior Eleitoral, acha a magistratura uma categoria especial, “que merece valorização em relação a todas as outras”. Esses *víps*, holerite médio de 46 mil reais mensais em 2016, foram à loucura contra o julgamento. Uma semana antes da data marcada por Cármen, houve protestos e paralisações organizados pela Ajufe, a associação dos juízes federais. Os procuradores de Justiça, outra classe de endinheirados, salário inicial de 28 mil por mês, aderiram às manifestações.

Na véspera do julgamento, uma surpresa. A mais poderosa entidade de togados, a Associação dos Magistrados Brasileiros, representante dos juízes estaduais, de alguns trabalhistas e militares, pediu a Fux que houvesse primeiro uma negociação paralela, fora do STF. A AMB, que tinha criticado publicamente os protestos convocados pela Ajufe, é autora de uma das ações sobre o auxílio-moradia. Em sua ação aponta como ré a União, cuja face mais visível é o governo federal. Para a AMB, nos estados onde não há regras a garantir a mordomia, cabe a Brasília dar um jeito. Fux mandou o pedido à Advocacia-Geral da União, a responsável por defender o governo no STF. A AGU torce o nariz para o auxílio e poderia ter recusado a proposta, à espera de o Supremo ter coragem de aprovar a mordomia corporativa diante das câmeras da TV Justiça. Mas não. Aceitou a negociação paralela, com um despacho sucinto, assinado pela chefe do órgão, Grace Mendonça, e a secretária-geral de contencioso, Isadora Maria Cartaxo. E Fux cancelou o julgamento.

Por que a AGU fraquejou? Uma explicação tem sido soprada em Brasília por Gilmar Mendes, o juiz do Supremo amigo de Temer e protetor de tucano

O presidente ilegítimo curva-se às togas. Ao deixar o poder, vai ser julgado em dois processos

enrascado. De forma reservada, não em público, Mendes faz correr que foi tudo combinado diretamente entre Temer, a quem Grace se subordina, e o presidente da AMB, Jayme Martins de Oliveira Neto. Temer teria sido encurralado. Se não cedesse, haveria sublevação de juízes. E cedeu, com as devidas instruções a Grace. O emedebista não tem condição de contrariar a toga. Ao deixar o poder, vai encarar um juiz de primeira instância, Marcus Vinicius Reis, da 12ª Vara Federal de Brasília, em dois processos. Um por corrupção, outro por formação de quadrilha e obstrução da Justiça, ambos nascidos daquela conversa no escurinho do Palácio do Jaburu com Joesley Batista, criminoso confesso da JBS/Friboi, e da mala de meio milhão de reais carregada pelas ruas de São Paulo por Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor especial da Presidência. Outra denúncia contra Temer parece estar a caminho, por estripulias portuárias. As suspeitas contra

ele foram reforçadas por uma decisão da quarta-feira 23 do Tribunal de Contas da União. Por ver irregularidades, o TCU mandou anular o contrato que uma empresa financiadora eleitoral de Temer, Libra, assinou em 2015 para continuar no Porto de Santos.

Por meio da assessoria de imprensa, a AMB nega ter feito “qualquer tentativa” com Temer sobre o auxílio-moradia. Na AGU, muita gente não tem dúvida da pressão. Logo após a notícia de que o órgão tinha topado negociar fora do Supremo com magistrados, o gabinete de Grace foi cercado por um grupo revoltado de advogados da Casa, a gritar “Fora, Grace”. Por ali, acredita-se que Temer não foi o único pressionado. A própria AGU teria sido. Às vésperas do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, o governo fez um acordo com os advogados públicos. Concordou que embolsassem os honorários pagos pelos perdedores de causas contra o Estado. Um reforço hoje de 5 mil a 10 mil reais por mês, para uma categoria já bem paga, salário variável entre 19 mil e 24 mil. Mas, e se a Justiça resolvesse implicar com esse recebimento? Em fevereiro, o juiz federal Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro, da 15ª Vara do Ceará, aproveitou uma disputa entre a União e uma mineradora, a Itamil Itaoca, e declarou inconstitucional



Fux acha a magistratura uma categoria especial. Mendes mediu para salvar Temer da enrascada





Basto entrou na vida de Youssef desde 2003, Grace Mendonça cumpriu a contento sua tarefa



omboloso dos honorários pelos membros da AGU. Apontou enriquecimento sem causa e conflito de interesses, entre outros motivos.

A acuada AGU começou, em 3 de abril, a negociação paralela do auxílio-moradia com representantes de magistrados e de membros do Ministério Público. As conversas ocorrem ao abrigo da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, uma possibilidade prevista no novo Código de Processo Civil, de 2015. Até agora, tudo tem sido obscuro. Um advogado que já foi várias vezes ao Conselho Nacional de Justiça questionar mordomias e salário além do teto legal por magistrados, Rodrigo Siqueira de Andrade, tem tentado acompanhar as reuniões, mas a AGU não deixa. Ele invoca o princípio da publicidade nos atos dos Poderes previsto no artigo 37 da Constituição e a Lei de Acesso à Informação, de 2011. A AGU rebate com alegações evasivas, segundo as quais o que aconteceu até agora foram reuniões “preliminares”, não há decisão sequer sobre a “admissibilidade” da negociação, ou seja, pode ser que tudo morra no nascedouro. Estranho. No fim de abril, Grace Mendonça afirmou publicamente que uma solução sairia em um mês.

Mordomias à parte, o subterrâneo da Justiça tem outra novela a despontar por estes dias, no embalo da recente prisão de uma penca de doleiros. O enredo aqui é protagonizado por um especialista na arte de negociar colaborações

A MÁ FAMA DA JUSTIÇA BRASILEIRA

55,7%

acham ruim ou péssima. Para 33,6%, é regular. Só 8,8% aprovam

90,3%

acreditam que ela não trata todos iguais. Apenas 6,1% pensam que sim

44,3%

entendem que a corrupção continuará na mesma proporção de sempre, apesar de ações recentes, como a Lava Jato. Para 30,7%, vai diminuir. E para 17,3%, aumentará

89,3%

consideram o Poder Judiciário pouco ou nada confiável. Confiam muito somente 6,4%

Fonte: pesquisa CNT/MDA feita entre 9 e 12 de maio

premiadas em nome de clientes encenados, Antonio Figueiredo Basto. O advogado esteve por trás daquela que é tida como a delação pioneira no Brasil, selada em 2003, bem antes de esse tipo de acordo ser chancelado por lei uma década depois. De um lado daquela delação estava o doleiro Alberto Youssef, enrolado então no caso Banestado. Do outro, o juiz federal Sergio Moro. Um trio que voltaria a se encontrar, e nas mesmas posições, a partir de 2014, na Lava Jato, na qual Basto se converteria no mais importante negociador de delações. Um advogado que agora passa de estilingue a vidraça.

A Operação Câmbio, Desligo, que encarcerou dezenas de doleiros, nasceu da delação de dois profissionais do ramo, Vinicius Claret, o Juca Bala, e Claudio Barboza, o Tony. Em 7 de fevereiro, Tony sentou-se diante dos procuradores Eduardo El Hage e Rodrigo Timóteo, da força-tarefa da Lava Jato no Rio, para uma sessão de deduração. Contou que, certa vez, um ex-parceiro de negócios, Enrico Machado, tinha lhe dito que precisavam pagar 50 mil dólares para que eles e outros doleiros ficassem protegidos. A blindagem seria garantida pelos dois advogados destinatários da grana. Um era Basto. Em 19 de fevereiro, Juca Bala também


FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR E BETO BARATA/IPR

depôs aos procuradores e contou a mesma coisa. Com uns detalhes a mais. A mesada teria durado de 2005-2006 a 2013. Da vaquinha participariam outros dois doleiros, Richard Oterlloo, que acaba de ter a prisão decretada e está foragido, e um chamado Matalon, sobrenome de uma família-alvo da Operação Câmbio, Desligo.

Se é verdade que Basto foi pago para garantir proteção, é porque ele teria condições de mexer uns pauzinhos no MP e na Justiça, presumivelmente. Quando Youssef virou delator em 2003, o acerto foi feito perante Moro, juiz do caso Banestado, e o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, entre outros. O próprio Basto gosta de lembrar dos pioneiros em delações, como numa entrevista ao site *Jota*, de novembro de 2015: “Posso dizer que criei esse acordo na 2ª Vara da Justiça Federal, junto com o juiz Sergio Moro e os promotores Vladimir Aras, Januário Paludo e Carlos Fernando Lima”. O escândalo do Banestado foi o primeiro a botar uma vasta rede de doleiros ao alcance da Justiça, alguns dos quais voltaram à berlinda na Lava Jato, como Youssef, e na Câmbio, Desligo, como Dario Messer, outro foragido. Messer foi sócio de Enrico Machado, aquele que teria falado da “taxa de proteção” para Tony e Juca Bala, em um banco, o EVG, no paraíso fiscal de Antígua e Barbuda, durante o período em que a mesada de 50 mil dólares teria sido paga.

A colaboração de Figueiredo Basto, através de seus clientes-investigados, com o MP e a Justiça na Lava Jato dá pistas do tipo de proteção que ele talvez consiga garantir. O interesse prioritário hoje em Curitiba é pegar políticos, vide o rigor maior das sentenças de Moro contra eles

Basto converteu-se na Lava Jato no mais importante negociador de delações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
Núcleo de Combate à Corrupção – Força Tarefa

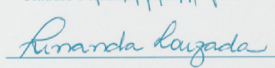
TERMO DE COLABORAÇÃO

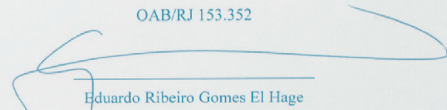
Aos 7 de fevereiro de 2018, na sede da Procuradoria da República no Município no Rio de Janeiro, localizada na Avenida Nilo Peçanha, nº 31 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, presentes os Procuradores da República Eduardo Ribeiro Gomes El Hage e Rodrigo Timóteo da Costa e Silva, compareceu para prestar depoimento, em sede de colaboração premiada, **CLAUDIO FERNANDO BARBOZA**

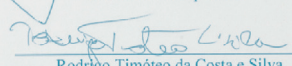
Que NAJUM começa a cuidar do cliente MATALON e mais dos interesses em São Paulo, bem como a cuidar de funcionários e das reuniões com DARIO e ENRICO; Que NAJUM trabalhou com o colaborador por dois anos; Que nesse momento a Polícia Federal estava fazendo muitas operações contra doleiros; Que ENRICO passou a dizer que o escritório deveria pagar USD 50.000 por mês para fornecer uma proteção a DARIO e as pessoas ligadas ao câmbio; Que essa proteção seria dada pelo advogado FIGUEIREDO BASTO e outro advogado que trabalhava com ele, cujo nome não se recorda; Que em uma dessas ocasiões, DARIO brigou com ENRICO porque se recusou a pagar tais taxas; Que com a saída de NAJUM, o seu percentual foi dado ao colaborador e a VINICIUS; Que, então, o colaborador e VINICIUS passaram a ter 18% cada um, sendo que 4% ficariam no caixa da empresa para cobrir custos operacionais e que 60% eram destinados a DARIO; Que o colaborador não sabe dizer quanto DARIO repassava para ENRICO; Que o colaborador

MESSER. Nada mais dito, foi encerrado o depoimento, que lido em voz vai assinado pelos signatários abaixo.


Claudio Fernando Barboza de Souza


Fernanda Carvalho Louzada
OAB/RJ 153.352


Eduardo Ribeiro Gomes El Hage
Procurador da República


Rodrigo Timóteo da Costa e Silva
Procurador da República

Este documento explica muitas coisas



Pichardo revelou o esquema do golpe à moda latino-americana. Marcelo Rubens Paiva a obsessão antiga de Sergio Moro



do que contra empresários corruptores e doleiros. Basto concorda que assim seja, conforme disse ao site Conjur em julho de 2017. “Estamos diante de um aparato organizado no poder, como nós tínhamos na Alemanha na época do nazismo, onde a garantia do crime era a presença de Hitler no poder. Ou seja, o funcionário apertava o botão da câmara de gás no campo de concentração, porque sabia que lá em cima havia alguém que o garantisse. Na ‘Lava Jato’ funcionou da mesma maneira”, disse. “E isso com enormes prejuízos à democracia. É evidente que, no caso da ‘Lava Jato’, os políticos comandaram o esquema.”

Uma visão condescendente com os subornadores, a ignorar, por exemplo, que a Odebrecht fez negócios e negociatas com a Petrobras por décadas, e que os endinheirados brasileiros adoram usar doleiro para não pagar imposto, vide a Operação Câmbio, Desligo. Mais: uma visão que empurra o sistema de Justiça a portar-se de forma partidária, com preferências a falar mais alto do que a busca da verdade factual. É o que talvez explique o chefe da força-tarefa da Lava

Jato curitibana, Deltan Dallagnol, ter colocado o ex-presidente Lula no centro de um PowerPoint na qualidade de chefe de quadrilha. E Moro ter escolhido o petista como o grande vilão a quem

enjaularia. No dia 19 de maio, o escritor Marcelo Rubens Paiva disse em entrevista ao site Brasil 247 ter ouvido do jornalista Sérgio Dávila, da *Folha*, que “Moro está à caça do Lula há muito tempo”, que o objetivo dele “era pegar o chefe da gangue”. “Estava no começo da Lava Jato, eu nunca me esqueci disso”, afirmou Paiva.

O próprio Basto deve ter suas predileções e, quem sabe, as usa ao defender a clientela. Em 2011 e 2012, ele foi do conselho de administração da Sanepar, a estatal de saneamento do Paraná. O governador do estado na época era Beto Richa, do PSDB, que deixou o cargo em abril passado. A dupla já tinha uma boa relação, Basto havia sido advogado particular de Richa. A essência da delação de Alberto Youssef na Lava Jato apontava as fraudes na Petrobras como um esquema de compra de apoio político ao governo federal do

PT. O teor da delação começou a vir a público três dias antes do acirrado segundo turno da eleição presidencial de 2014, disputado entre Dilma e o tucano Aécio Neves. Na capa da *Veja*, Youssef dizia que Dilma e Lula “sabiam de tudo”. Três semanas depois, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acusou Basto de tentar interferir na eleição. “O advogado do Alberto Youssef operava para o PSDB do Paraná, foi indicado pelo Beto Richa para a coisa de saneamento, tinha vinculação com partido”, disse à *Folha*.

A propósito, durante uma missa em 17 de

neamente, porque está declarado en el impuesto sobre la renta. No veo ninguna razón para pagar cualquier multa, mucho menos este valor. Este es el resultado de años de trabajo”, argumenté. “No importa. Recibiste de Odebrecht y que eso una grasa que tiene y puede utilizar para resolver el problema aquí”, respondió Pozzobon con fuerza. Después de hacer sus encuestas Zucolotto habló conmigo por Wickr:

Carlos Zucolotto –Amigo, hay como mejorar esta primera... No mucho, pero si un poco.

Rodrigo Duran –No entiendo.

Carlos Zucolotto –Hay alguna forma de mejorar esta primera propuesta. No mucho. ¿Estás interesado?

Rodrigo Duran –¿Cómo sería?

Carlos Zucolotto –Mi contacto consigue que DD entre en la negociación.

Rodrigo Duran –Correcto. Y qué es lo que se puede mejorar?

Carlos Zucolotto –Voy a insistir para que cambie la prisión por prisión domiciliar y reducir la multa, ok?

Rodrigo Duran –¿Para cuánto?

Carlos Zucolotto –La idea sería reducir a la tercera parte de la solicitud. Y tú pagarías un tercio de los honorarios para poder resolverlo.

Rodrigo Duran –Ok. ¿Pero te pago a ti los honorarios?

Carlos Zucolotto –Sí, pero por fuera porque tengo que cuidar de las personas que ayudarán con eso. Lo hacemos como siempre. La mayor parte tú me pagas por fuera.

Rodrigo Duran –Ok.

Carlos Zucolotto –Le enviaremos un modelo con un valor alternativo por si el valor de fuera está bloqueado y luego tú pagas una tercera parte en R\$, cuando veas lo vas a entender.

De hecho, los fiscales Julio Noronha y Roberson Pozzobon enviaron por correo electrónico un modelo de acuerdo con las condiciones alteradas como lo indicó Zucolotto en sus mensajes. Recibí el borrador un viernes, 27 de mayo de 2016 y debería estar en Brasil el lunes 30 de marzo, para firmar. Solo en mi casa de la Florida, pensé mucho y decidí no firmar ni volver a Brasil. No podía admitir crímenes que no he cometido. Le pedí a mi abogado Leonardo Pantaleão que me representara en la reunión del lunes para discutir el texto y las cláusulas del proyecto. Los fiscales de Curitiba al enterarse de mi negativa a admitir los crímenes que no había cometido, no quisieron conversar más conmigo y las negociaciones terminaron ahí. Ese fue nuestro último contacto.

Ao saber da notícia da mesada a Basto, Duran disse: “A panela de Curitiba ferve”



maio, o papa Francisco comentou que, ultimamente, “a mídia começa a falar mal das pessoas, dos dirigentes (*políticos*), e com a calúnia e a difamação essas pessoas ficam manchadas”, depois chega a Justiça “as condena e, no final, se faz um golpe de Estado”. Não se sabe se o papa tem conhecimento disso, mas ele descreveu o Plano Atlanta, nome dado pelo político dominicano Manolo Pichardo à estratégia que diz ter ouvido em 2012 de líderes conservadores da América Latina dispostos a varrer do mapa adversários progressistas, conforme Pichardo contou a *CartaCapital* em janeiro.

A linha da delação de Youssef (um esquema montado pelo PT em troca de apoio político) dá o tom da Lava Jato até hoje. Um interessado analista da Operação empregado de banco comenta: “Os primeiros delatores deram suporte à tese do MP de que se tratava de um esquema de compra parlamentar. As delações posteriores seguem esse padrão, outras linhas de investigação, como a de que se tratava de um cartel de empreiteiras corrompendo agentes públicos e funcionários da Petrobras, ficaram em segundo plano. O Figueiredo Basto foi fundamental nisso, pois, como advogado de vários delatores, ele ajudou a combinar a versão dos clientes”. Outra paranaense do enredo, Gleisi Hoffmann, presidente do PT, disse coisa parecida da tribuna do Senado na segunda-feira 21. Ela própria é processada com base em dois clientes-delatores de Basto, Youssef e Antonio Carlos Pieruccini. “Se Figueiredo supostamente recebia dinheiro para manipular delações, dizem agora delatores, por que não as manipularia para ajudar outros clientes que o remuneravam ou para agradar políticos amigos?”

Ao saber que tinha sido delatado, Basto procurou o MPF no Rio para se justificar. Disse que os pagamentos recebidos

A 17 de maio, o papa descreveu durante a missa o roteiro dos golpes de Estado na América Latina



Depois da capa acima, Janot acusou Basto de tentar interferir na eleição

eram honorários por serviços prestados. Ele acha que foi acusado por vingança. Os doleiros Juca Bala e Tony foram presos graças à delação de dois irmãos doleiros defendidos por Basto, Marcelo e Renato Chebar. O MPF considera “precipitada” qualquer conclusão sobre os pagamentos, mas diz que os citados serão ouvidos oportuna e formalmente e, caso surjam novos elementos, providências serão adotadas. A repartição paranaense da OAB estuda o assunto para decidir se fará algo sobre Basto.

O tipo de suspeita quanto aos subterrâneos do sistema de Justiça lançado agora contra o advogado foi delineado no fim do ano passado pelo também advogado Rodrigo Tacla Duran. Ex-colaborador da Odebrecht, ele é acusado pelo MP de participar de lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Negociou uma delação, mas não a assinou, pois diz que os procuradores queriam dele confissão de crimes inexistentes. Ele então recorreu ao que chama de “panela” de advogados em Curitiba, a fim de conseguir facilidades no MP. Escolheu para negociar em seu nome o advogado Carlos Zucolotto Jr., padrinho de casamento de Moro e sócio de uma banca que já teve a esposa do juiz, Rosângela. A entrada de Zucolotto em cena teria conseguido baixar de 15 milhões para 5 milhões de reais a multa que o MP queria de Duran no acordo. Em troca da redução, grana para ser dividida a quem merecesse. Segundo Moro, “tudo absolutamente falso”. Para comprovar os contatos com Zucolotto, Duran tem uma conversa deles via celular, reproduzida em um livro que escreveu. Tudo isso ele contou em novembro ao Congresso, na CPI da JBS. Hoje foragido na Espanha, ele divertiu-se ao saber da notícia da mesada a Basto. “Panela de Curitiba ferve!!!”, escreveu no Twitter.

Os subterrâneos do sistema de Justiça também. •

